



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



HABEAS CORPUS: N.º 199.982-2 – Panelas
IMPETRANTE: Adv. Cícero Heriberto de Menezes
PACIENTE: **JOSÉ DILSON GOMES DE LIMA**
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros
PROC. DE JUSTIÇA: Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal.

019

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. ROUBO COM CAUSAS DE AUMENTO E QUADRILHA ARMADA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. PRESENÇA DOS REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA. DECISÃO SUFICIENTEMENTE FUNDAMENTADA. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA.

1 – No caso dos autos, não há fundamento para o trancamento da ação penal, visto que ela não está desprovida de justa causa, pois não ocorreu no caso em tela a comprovação, de plano (ou seja, independentemente de aprofundamento na prova dos autos), da atipicidade da conduta, da incidência de causa de extinção da punibilidade ou da ausência de indícios de autoria ou de prova sobre a materialidade do delito.

2 – O Habeas Corpus não se presta a enfrentar matéria relativa a alegação da inocência do paciente, não podendo este Tribunal sopesar e avaliar provas no início da lide, sob pena de supressão de instância. Precedentes do STJ.

3 – O decreto de prisão preventiva do paciente encontra-se devidamente justificado e suficientemente fundamentado, não havendo qualquer dúvida de que, no caso dos autos, tratando-se de denunciado que apresenta extrema periculosidade, por integrar uma quadrilha armada e pelo *modus operandi* bastante violento, evidenciado durante a prática do delito, faz-se imprescindível a manutenção da sua prisão.

4 - Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *Habeas Corpus* nº 0199.982-2, em que figura, como impetrante, o Advogado Cícero Heriberto de Menezes, como paciente, **JOSÉ DILSON GOMES DE LIMA**, e como autoridade impetrada o Juiz de Direito da Comarca de Panelas, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **por unanimidade de votos**, em denegar a ordem do presente *habeas corpus*, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 16 de dezembro de 2009.


Des. Mauro Alencar de Barros
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



HABEAS CORPUS:	N.º 199.982-2 – Panelas	020
IMPETRANTE:	Adv. Cícero Heriberto de Menezes	
PACIENTE:	JOSÉ DILSON GOMES DE LIMA	
RELATOR:	Des. Mauro Alencar de Barros	
PROC. DE JUSTIÇA:	Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho	
ÓRGÃO JULGADOR:	Segunda Câmara Criminal.	

RELATÓRIO

Cuida-se de ***habeas corpus* liberatório** impetrado pelo Advogado Cícero Heriberto de Menezes, em favor de **JOSÉ DILSON GOMES DE LIMA**, apontando como autoridade coatora o Juiz da Vara Única da Comarca de Panelas, objetivando a revogação da prisão preventiva e o trancamento da ação penal.

Afirma que o paciente foi denunciado em 29.09.09 pela suposta infração ao art. 157, §2º, I e II c/c o art. 288, parágrafo único, todos do CP, por ter em concurso ativo e comunhão de desígnios com quatro indivíduos não identificados, subtraído para si, mediante grave ameaça e violência exercida com o emprego de arma de fogo, vários aparelhos celulares e pertences das vítimas.

Sustenta que o paciente vinha cumprindo pena em regime semi-aberto no CREA/PE, por determinação do Juízo de Altinho, e que no dia 10.09.09, ao retornar ao Presídio do CREA foi recolhido ao sistema fechado por determinação do Juiz da Comarca de Panelas.

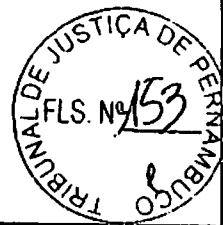
Aduz que a decisão que decretou a prisão preventiva não se encontra fundamentada, descumprindo o art. 93, IX da CF/88 e o art. 315 do CPP, o que autoriza a concessão deste Habeas Corpus.

Alega que junta aos autos a declaração CREA informando que o paciente estava recolhido no referido presídio no dia do fato delituoso.

Juntou os documentos de fls. 10/115.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



Em decisão interlocutória, a liminar foi indeferida por este Relator (fl. 122/123).

Informações às fls. 130/132.

021

Parecer da Procuradoria de Justiça acostado às fls. 137/139, opinando a Exma. Procuradora pela denegação da ordem, ao argumento de que o Magistrado fundamentou de forma pormenorizada seu despacho, bem como que o pedido de trancamento da ação penal não merece acolhida, por exigir produção de prova aprofundada sobre a matéria fática, inconcebível na via estreita do *habeas corpus*.

Em seguida, vieram-me conclusos.

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Srs. Desembargadores,

Sr. Procurador,

O Impetrante pretende a obtenção da ordem para revogação do decreto preventivo e trancamento da ação penal.

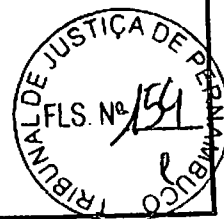
Extrai-se dos autos que o paciente foi denunciado por ter no dia 09.05.08, por volta das 23hs, na BR 104, Km 116, no município de Panelas, em concurso ativo e comunhão de desígnios com 04 (quatro) indivíduos até agora não identificados, subtraiu para si, mediante grave ameaça e violência exercida com emprego de arma de fogo, vários aparelhos celulares pertencentes às vítimas Joelson Erivaldo da Silva, Sheila Alves de Oliveira, entre outros estudantes universitários que retornavam da Faculdade de Garanhuns para Panelas.

Consta da denúncia que no dia dos fatos, o motorista do ônibus dos estudantes teve o veículo interceptado por um veículo onde estavam os assaltantes, sendo obrigado a parar o veículo após vários disparos de arma de fogo.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

022



Com a parada do ônibus, adentraram no veículo três elementos, armados com revólveres e uma espingarda calibre 12mm, sendo que um deles usava uma toca "ninja", cujas características se coadunam com as do denunciado.

Ainda, consta da referida peça acusatória que os indivíduos começaram a roubar, ameaçar, agredir e humilhar os estudantes, chegando inclusive a dar tapas nos mesmos, a cuspir no rosto de uma das vítimas, a atingir a cabeça de outra vítima com uma coronhada e a agredir a socos o suposto dono do celular que tocou no momento da saída do bando do ônibus.

Ainda, consta dos autos que as vítimas que se recusaram a entregar os celulares, foram espancadas e ameaçadas. E no momento em que os indivíduos estavam saindo do ônibus, ao toque de um celular, um dos assaltantes falou "Dílson, tem um celular tocando", e o denunciado disse irritado "não fala o meu nome não!". Tal fato foi confirmado pelo depoimento de quase todas as testemunhas.

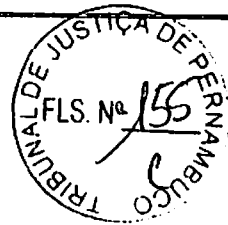
Na época dos fatos, o Inquérito Policial nº 53/2008 foi aberto, e quando ouvidas pela autoridade policial, as vítimas Joelson Erivaldo da Silva, Márcio Carneiro da Silva, Lindeci Maria de Melo e José Cícero da Silva confirmaram terem ouvido o nome do acusado, além de apresentarem descrição física semelhante a do mesmo.

Posteriormente, as testemunhas Sheila Alves de Oliveira, Wagne Carlos da Silva Araújo e Maria de Nazaré Sales também confirmaram ter ouvido a frase "Dílson, tem um celular tocando" (fls. 34, 43, 47).

Na audiência de instrução e julgamento, Lindeci Maria de Melo confirmou ter ouvido o nome do acusado ser pronunciado por outro assaltante, enquanto Mário Carneiro da Silva esclareceu que entendeu o nome pronunciado como "Edílson".

O paciente, quando ouvido pela autoridade policial, negou qualquer participação no delito, afirmando, ainda, que na época em que ocorreu o assalto, já se encontrava preso. No entanto, afirmou que durante o tempo de seu recolhimento, saiu cerca de 20 vezes, todas com autorização para saída, e que todas as vezes foi para sua residência na cidade de Panelas.

De início, observo que não há fundamento para o trancamento da ação penal, visto que ela não está desprovida de justa causa. Para que se configure a



inexistência de justa causa, conforme entendimento pacífico em nossa Jurisprudência, é necessária a comprovação, de plano (ou seja, independentemente de aprofundamento na prova dos autos), da atipicidade da conduta, da incidência de causa de extinção da punibilidade ou da ausência de indícios de autoria ou de prova sobre a materialidade do delito, o que não ocorreu no caso em tela.

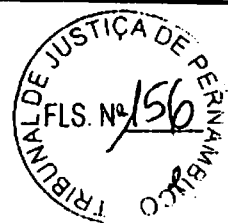
Invoca o paciente o argumento da negativa de autoria, afirmando que não participou do delito. No entanto, extrai-se dos autos que diversas vítimas ouviram o seu nome dito por um dos integrante da quadrilha, o que foi repreendido pelo mesmo, além de todas as descrições apontarem para as características do acusado, o que satisfaz o requisito legal atinente à necessidade de indícios de autoria.

Ainda, a autoria é reforçada pelo depoimento da testemunha Gustavo Emanuel dos Passos Silva, que diante da fotografia do paciente, apresentada em sede policial, afirmou que achou parecido com um dos indivíduos que estava armado com a espingarda 12, sendo este o mais agressivo (fl. 39).

No mesmo sentido, as testemunhas Wagne Carlos da Silva Araújo, Plínio Fabrício Gregório da Silva e Maria de Nazaré Sales, quando ouvidas em setembro de 2009 pela Autoridade Policial, diante da fotografia do paciente, cada uma delas afirmou que parecia com o indivíduo que estava usando a toca tipo "ninja", e que foi chamado de "Dílson" por um dos assaltantes (fls. 44, 45/46, 48).

Dessas testemunhas, apenas Plínio Fabrício Gregório da Silva foi ouvido em Juízo, momento em que confirmou o depoimento prestado na delegacia, achando distorção em partes com relação às características físicas dos assaltantes.

A Declaração do Centro de Ressocialização do Agreste (órgão ligado à SDS), acostada à fl. 10, dando ciência de que o paciente gozou de 04 (quatro) saídas temporárias no período de 15/05/08 a 19/05/08, **não é suficiente para afastar os indícios de autoria recolhidos até então**, devendo-se atentar para o fato de que o próprio depoimento do acusado prestado na fase do inquérito policial contradiz tal informação, pois afirmou o paciente ter saído do presídio por cerca de 20 (vinte) vezes e todas elas com autorização de saída.



Quanto à Declaração de fls. 142, acostada aos autos através da petição protocolada em 07.12.09, onde informa o Chefe do Centro de Ressocialização do Agreste que o paciente encontrava-se recolhido em regime semi-aberto nos dias 09.05.08 e 10.05.08, e respondeu normalmente às 05 (cinco) chamadas diárias e recolhido em pavilhão fechado às 17hs nos dias mencionados, também não é suficiente para afastar os indícios de autoria, mesmo porque este Tribunal não pode sopesar e avaliar provas nesse início de lide, sob pena de supressão de instância.

Nesse sentido a Jurisprudência é pacífica em dizer que não cabe a análise de prova em sede de Habeas Corpus:

"1. Não pode esta E. Corte conhecer de matéria que não foi examinada pelo Tribunal de origem, sob pena de supressão de instância.

2. A matéria de mérito, que implica em exame de prova, em instrução ainda não concluída, não pode ser feita originariamente pelo E. Tribunal Estadual, nem por esta E. Corte, sob pena de suprimir-se instância.

(...)" (RHC 24.934/AM, Rel. Ministro CELSO LIMONGI (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, julgado em 05/11/2009, DJe 23/11/2009)

Ademais, verifico da análise do termo de audiência de instrução realizada que o referido documento foi apresentado no Juízo de primeiro grau, requerendo a Defesa, também naquela instância, a apreciação do pedido de revogação da prisão. Na oportunidade, foi dada a palavra ao Ministério Público para se pronunciar sobre o requerimento, ao que o referido órgão pediu vista dos autos.

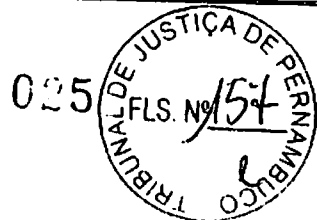
Sendo assim, diante da ausência do pronunciamento do Juízo de primeiro grau sobre o assunto, este Tribunal não pode conhecer do pedido com base nas mencionados documentos.

De outro lado, deve ser esclarecido que neste início de lide, tanto para processamento da ação penal, como para decretação da prisão preventiva, a lei exige apenas a existência de indícios de autoria e não prova concreta desta, que será exigida quando do momento da condenação.

mg



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



Sendo assim, havendo indícios suficientes de autoria em relação ao paciente, no crime em questão, não há o que se falar em ausência de justa causa para a ação penal, afastando-se a alegação de trancamento da ação penal.

Ressalte-se que a inocência ou não do acusado será provada durante a instrução criminal, momento em que lhe será concedida ampla oportunidade de defesa. Inviável, portanto, o exame da tese de negativa de autoria no âmbito do Habeas Corpus, sob pena de supressão de instância.

Quanto à alegação de ausência de fundamentação do decreto de prisão preventiva, verifico da decisão acostada às fls. 113/114, que o Juiz de Direito da Vara única da Comarca de Panelas apresentou, dentre outros, os seguintes fundamentos:

"À luz do art. 312 do Estatuto de Ritos, vislumbro presentes os requisitos para a decretação da segregação cautelar.

A verdade é que há prova de existência do crime e indícios suficientes de autoria.

Por outro lado, vejo configurada a garantia da ordem pública, em face de intensa gravidade e pavor à sociedade, havendo evidente perigo social. A prisão se mostra necessária para garantia da ordem pública, objetivando acautelar a credibilidade da Justiça e a repercussão que o delito causou no meio social.

Ademais, não deve o juiz se omitir na defesa da sociedade.

Na espécie, a presença do investigado em liberdade ensejaria graves reflexos na ação da Justiça, que necessita estar presente através de medidas efetivas, visando coibir a repetição de atos dessa natureza e prevenindo consequências mais graves.

De outra feita, o interesse social reclama da liberdade individual do investigado com a finalidade de obstar o perigo que, em liberdade, significará para a ordem pública.

Por fim, no que diz respeito ao confronto entre princípios fundamentais, estando eles no mesmo patamar - liberdade (direito individual) x dignidade da pessoa humana (direito coletivo), deve preponderar o interesse social, ferido, em grande intensidade, pela suposta conduta delituosa.

Aqui não há que se falar em punição; apenas em medida cautelar preventiva.

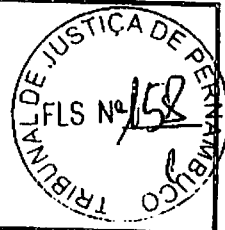
No caso concreto, as circunstâncias que autorizam a decretação da custódia preventiva tem pertinência, na espécie."

Como se vê, encontra-se a prisão preventiva do paciente devidamente justificada e suficientemente fundamentada, não havendo qualquer dúvida de que, no caso



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMPARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

026



dos autos, tratando-se de denunciado que apresenta extrema periculosidade, por integrar uma quadrilha armada e pelo *modus operandi* bastante violento, evidenciado durante a prática do delito, faz-se imprescindível a manutenção da sua prisão.

Deve ser ressaltado que segundo os depoimentos das testemunhas ouvidas, o paciente, que supostamente seria o assaltante que usava a toca tipo "ninja", era o mais violento do bando (fls. 25 e 28) e ameaçava a atirar em quaisquer das vítimas que se recusasse a entregar seus pertences (fl. 34). Ainda, agrediu os estudantes conhecidos por Wagner, Petinha, Joelson e outros, tendo ainda cuspidido no rosto da estudante conhecida por Pauliana (fls. 27).

O STJ já decidiu que a periculosidade do paciente autoriza a segregação cautelar para a garantia da ordem pública, conforme se observa do julgado abaixo:

"(...) 2. Observa-se que o decreto prisional encontra-se razoavelmente fundamentado na periculosidade do paciente e de seus comparsas, evidenciada pelo *modus operandi* do delito, que somente não se concretizou por circunstâncias alheias à vontade dos criminosos.
3. O Superior Tribunal de Justiça firmou compreensão no sentido de que, embora a gravidade do crime, por si só, não autorize a antecipação da custódia, as circunstâncias em que praticado podem evidenciar maior periculosidade do agente, de modo a recomendar seu encarceramento provisório, para a garantia da ordem pública.
4. Ordem denegada." (HC 124.539/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 18/06/2009, DJe 03/08/2009)

Dessa forma, estando presentes os requisitos da prisão preventiva e a decisão suficientemente fundamentada, tendo o parecer do Ministério Público opinado pela segregação cautelar, não há qualquer fundamento para a sua revogação, devendo ser mantida a prisão do paciente.

Sendo assim, concordando com os termos do Parecer da Procuradoria de Justiça, **voto pela denegação da ordem**, para que seja mantida a prisão do paciente.

Recife, 16 de dezembro de 2009.

Des. Mauro Alencar de Barros
Relator